

1.2.3.1. POLITICA DEMOGRAFICA

Considerando o peso do factor demografico no progresso do Pais e no nivel de satisfacao das necessidades basicas no quadro de uma perspectivacao a longo prazo aliado a inercia dos seus movimentos, o Governo concebeu e implementou uma politica (ainda em curso) baseada em dois eixos fundamentais: deixar que o tamanho de cada agregado familiar seja livremente determinado por cada familia e reduzir a taxa de mortalidade infantil, agindo sobre os dominios condicionantes tais como a educacao, a saude, a alimentacao, o alojamento, etc. Esses eixos de intervencao foram acompanhados de medidas legislativas que fixam o seu ambito.

Nessa base, a rede nacional de cuidados primarios de saude foi alargada a todo o Pais, iniciou-se a execucao dum programa de educacao para a saude e de planeamento familiar, uma desconcentracao de actividades mais especializadas com a construcao e apetrechamento de hospitais regionais e uma accao mais concertada no dominio da alfabetizacao e da condicao da mulher perante a instrucao e o emprego.

Como consequencia, verificou-se uma baixa da fecundidade de mais de 20% entre 1980 e 1986 acompanhada dum movimento em declinio da mortalidade geral e infantil, embora inferior ao perspectivado no PND.

Ao nivel institucional foi criado um grupo inter-ministerial para o acompanhamento e avaliacao de programas demograficos, paralelamente a implementacao de uma unidade de populacao e recursos humanos.

1.2.3.2. POLITICA DE EMIGRACAO

Partindo do principio que os emigrantes constituem parte integrante da nacao, independentemente da nacionalidade formalmente adquirida, o Governo conhece bem as profundas da emigracao e sempre reconheceu a sua importancia economica, demografica e a sua dimensao cultural. A politica retida para este sector baseia-se em duas formas de intervencao.

Ao nível interno, procura incentivar o envolvimento dos emigrantes no esforço colectivo de desenvolvimento ao mesmo tempo que cria as condições para a diminuição progressiva das suas causas. De acordo com essa orientação foi criado o Instituto de Apoio ao Emigrante com a tarefa de ajudar e informar os emigrantes sobre as realizações no País, possibilidades e perspectivas de investimento e enquadrar o retorno quando se verificar e esboçadas medidas de incentivo ao nível legislativo e económico-fiscal.

Ao nível externo, as acções desenvolvidas foram no sentido da protecção dos emigrantes no exterior através de implantação de serviços de apoio perto das comunidades mais expressivas e acordos ou convénios com os países de acolhimento.

1.2.3.3. POLITICA DE FORMACAO

Os objectivos desta política foram equacionados em função da necessidade de adequação da qualidade e quantidade de quadros com as necessidades do desenvolvimento.

Para além da atenção acordada ao ensino superior e médio no exterior, procurou-se articular as acções internas de aprendizagem, aperfeiçoamento e reciclagem profissionais com a melhoria do nível cultural e profissional dos trabalhadores a nível das empresas, da administração e centros de formação através da realização de várias dezenas de seminários e cursos.

1.2.3.4. SAUDE

Em matéria de saúde os resultados obtidos referem-se ao alargamento das unidades primárias de saúde a toda a população, através dos programas de saúde pública e da extensão da rede de infraestruturas e são fruto da conjugação de esforços multi-sectoriais: programas de saneamento do meio, de nutrição, de abastecimento de água, de formação, etc.

E assim que todos os indicadores de saúde evoluíram favoravelmente: melhoria do acesso e das prestações de cuidados de saúde primária e diferenciadas, melhoria da

cobertura sanitaria, da dotacao em pessoal medico e para-medico, baixa da mortalidade geral, mortalidade infantil, aumento da esperanca de vida, etc.

Subsistem ainda grandes constrangimentos no que concerne o funcionamento das infraestruturas construidas ou alargadas bem como o seu financiamento, tendo o Governo optado pela consolidacao das infraestruturas existentes em vez do seu alargamento, isto e pela melhoria da capacidade de oferta do sistema.

1.2.3.5. EDUCACAO

Dentre os objectivos fixados para o sector da educacao contam melhorar a qualidade, o rendimento e a funcionalidade do sistema de ensino e a generalizacao do primario, baseado no aumento de numero de professores com habilitacoes proprias, construcao e equipamento de salas de aula e numa forte reducao do analfabetismo.

Esse sistema conheceu uma expansao muito importante com a quase generalizacao do ensino primario e esforcos no sentido duma melhor cobertura global. Com uma taxa bruta de escolarizacao ultrapassando os 100%, o sistema revela a sua capacidade em oferecer uma escolarizacao universal a nivel do ensino primario. Os outros segmentos do sistema de ensino revelam resultados muito modestos.

No dominio do combate ao analfabetismo os resultados sao encorajadores, embora muito abaixo dos objectivos fixados: a taxa de analfabetismo baixou para 45% em 1985 (53% em 1980).

Todavia, esse mesmo sistema defronta-se com grandes dificuldades de ordem qualitativa: o nivel do abandono continua muito elevado, o funcionamento e apetrechamento dum elevado numero de pequenos estabelecimentos dispersos, um 'sub-ensino' (duracao reduzida das aulas) motivado por falta de salas, etc, resultantes duma elevada pressao da procura social.

4. AS NOVAS ORIENTACOES POLITICAS NACIONAIS

O Governo tem plena consciencia que as evolucoes constatadas ocorreram com base num processo em que o crescimento economico é mais resultante de rotacoes multiformes das tranferencias correntes do exterior (ajudas e envios de poupancas dos emigrantes) enquadrado por uma politica economica e financeira prudente, do que de um verdadeiro progresso da producao.

Por outro lado, estando o Pais dotado de infraestruturas minimas e criadas as condicoes para que se inicie a implementacao duma estrategia que explore novas vias de responder aos desafios crescentes impostos pela natureza estrutural dos constrangimentos e pelos objectivos de desenvolvimento cada vez mais complexos, as instancias politicas nacionais decidiram em 1988 reorientar o sistema economico de forma a gradualmente romper com a gestao da dependencia e recomendam a elaboracao de um programa de insercao da economia em espacos economicos mais vastos.

Essa estrategia devera apoiar-se num grande movimento mobilizador da participacao de todos os agentes economicos -publicos, privados e cooperativos - na tomada de decisoes, na maxima valorizacao dos recursos humanos, no aumento da capacidade de apropriacao e aplicacao de tecnologias, isto é estimular o surgimento duma autentica cultura de desenvolvimento e exprimir duas ordens de prioridade:

- ao nivel global, trata-se de maximizar a valorizacao dos recursos internos, alargar a base produtiva, melhorar a produtividade, construir um clima atractivo ao investimento produtivo nacional e estrangeiro apoiando e incentivando os sectores publico e privado, dinamizar o comercio externo salvaguardando os grandes equilibrios macro-economicos e financeiros.
- ao nivel sectorial, a reorientacao devera privilegiar a industria, isto é actividades de exportacao da pesca, do turismo e da prestacao de servicos e abarcar actividades (off-shores, zonas francas, entrepostos, telepostos, etc) que valorizem a posicao geo-economica do Pais.

O sector publico empresarial continuara a ser o principal instrumento da politica economica, pelo que sera reestruturado e a sua gestao reforcada.

O sector privado nacional sera incentivado de forma a criar um ambiente favoravel à concretizacao de iniciativas e ao investimento. Fomentar-se-a associacao do capital privado nacional ao investimento estrangeiro.